

Est. de S. P.

7.11.71

✓ Cópia para: Gal. Portes e *Arg* *fd de ar*
entruada 22.11.71

Pesquisa espacial vai progredir em 1972

Da Sucursal de
BRASÍLIA

A Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (**Cobae**) entrará no próximo ano numa fase classificada como "operacional". Começará a receber e examinar os projetos espaciais relacionados com a participação brasileira no lançamento de satélites.

Criada em janeiro deste ano por decreto do presidente da República, a **Cobae** já realizou três reuniões: a primeira (7 de julho) constituída apenas pela solenidade de instalação, e as duas últimas (5 de agosto e 22 de outubro) destinadas à elaboração do regulamento do órgão, para que ele possa se instrumentar à apreciação dos projetos espaciais brasileiros.

Entre esses projetos estão o projeto Saci, para fins educativos, elaborado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, órgão do Conselho Nacional de Pesquisas, e o projeto Eros, norte-americano, do qual o Brasil deverá participar em função de interesses demonstrados pela Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais e pelo Instituto Brasileiro do Café.

Tanto um como o outro, no entanto, não foram até o momento encaminhados à apreciação da **Cobae**, segundo informações oficiais desse órgão. Admite-se porém que os projetos entrem em exame tão logo esteja pronto e aprovado pelo presidente da República o regulamento do órgão. A próxima reunião da **Cobae**, nos primeiros dias de dezembro, deverá concluir a redação do projeto de regulamento, e encaminhá-lo ao Palácio do Planalto, para aprovação.

DOCUMENTO

Todas as atividades da **Cobae** são exercidas com base em um documento de caráter altamente reservado, existente na Presidência da República, intitulado Diretrizes Gerais para a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais. A **Cobae** também se encarrega de encaminhar ao presidente da República subsídios técnicos e políticos para atualização constante desse documento.

A decisão do governo de criar a **Cobae** partiu da verificação de que começavam a crescer, desor-

denadamente, interesses espaciais civis e militares no Brasil. O governo entregou então à competência da **Cobae** a tarefa de, como órgão máximo da política espacial brasileira, "coordenar, em ligação com o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, os programas setoriais, civis e militares".

Pouco depois, o governo também baixava novas disposições alterando a estrutura da Comissão Nacional de Atividades Espaciais, dirigida pelo cientista Fernando Mendonça, e a substituiu pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Este novo órgão, sediado em São José dos Campos, passa a ter reduzida sua autonomia administrativa e subordinou-se ao Conselho Nacional de Pesquisas, mas o governo entregou-lhe as funções de "principal órgão de execução para o desenvolvimento das pesquisas espaciais no âmbito civil".

O PROCESSO

Dessa forma, todas as iniciativas de interesses civis no Brasil devem ser endereçadas ao INPE, e este, por sua vez, as encaminha à aprovação e orientação da **Cobae**.

Os projetos espaciais militares devem ser encaminhados pelo Ministério da Aeronáutica e analisados pelos membros da **Cobae**. Estes membros, indicados dentre "autoridades de alta categoria funcional e elevada capacidade técnico-profissional", são nomeados pelo presidente da República.

São ao todo 11 profissionais e mais o chefe do Estado-Maior das

Forças Armadas, atualmente general Idalio Sardenberg, que é presidente nato da **Cobae**. Os membros do órgão são representantes dos seguintes ministérios: Educação, Marinha, Exército, Aeronáutica, Relações Exteriores, Fazenda, Planejamento e Comunicações, e também representantes do EMFA, do Conselho de Segurança Nacional e do Conselho Nacional de Pesquisas.